

<b>24 DE MAIO DE 2023</b> <p><b>14ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA</b></p>
<p>Presidência: CARLOS CEZAR e THIAGO AURICCHIO</p>
<b>RESUMO</b>

ORDEM DO DIA
1 - CARLOS CEZAR
Assume a Presidência e abre a sessão. Solicita comportamento regimental ao público presente nas galerias. Coloca em discussão o PLC 81/23.
2 - CARLOS GIANNAZI
Discute o PLC 81/23.
3 - PROFESSORA BEBEL
Discute o PLC 81/23.
4 - PAULO MANSUR
Discute o PLC 81/23.
5 - PROFESSORA BEBEL
Para comunicação, faz pronunciamento.
6 - DONATO
Discute o PLC 81/23.
7 - PRESIDENTE CARLOS CEZAR
Solicita comportamento regimental ao público presente nas galerias.
8 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR
Para comunicação, faz pronunciamento.
9 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Discute o PLC 81/23 (apartado pela deputada Professora Bebel).
10 - THIAGO AURICCHIO
Assume a Presidência.
11 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA
Discute o PLC 81/23.
12 - GUILHERME CORTEZ
Discute o PLC 81/23.
13 - PRESIDENTE THIAGO AURICCHIO
Encerra a discussão do PLC 81/23. Coloca em votação o requerimento de método de votação ao PLC 81/23.
14 - DR. JORGE DO CARMO
Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PLC 81/93, em nome da Federação PT/PCdoB/PV.
15 - PRESIDENTE THIAGO AURICCHIO
Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de método de votação ao PLC 81/23. Coloca em votação e declara aprovado o PLC 81/23, salvo emendas e subemendas. Coloca em votação e declara aprovadas as emendas 1, 4, 5, 6, 7, 9 e 10, na forma de subemendas apresentadas no parecer do congresso de comissões, restando prejudicadas as respectivas emendas.
16 - PAULO FIORILO
Declara voto favorável às emendas do PT.
17 - PRESIDENTE THIAGO AURICCHIO
Coloca em votação e declara rejeitadas, englobadamente, as demais emendas com parecer contrário do congresso de comissões. Convoca a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para reunião extraordinária a ser realizada hoje, cinco minutos após o término desta sessão.
18 - GUILHERME CORTEZ
Declara voto favorável às emendas do PSOL.
19 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR
Para comunicação, faz pronunciamento.
20 - PRESIDENTE THIAGO AURICCHIO
Encerra a sessão.
\* \* \*
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Cezar.
\* \* \*
- Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

\* \* \*
O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.
Eu quero só um minuto da plateia, por favor. Nós estamos em sessão agora, gostaria de que vocês mantivessem a ordem. São bem-vindos aqui, é justa a reivindicação, mas eu gostaria de que vocês permanecessem em silêncio agora para que nós pudéssemos tocar os nossos trabalhos.
Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 81, de 2023, de autoria do Sr. Governador. Acrescenta dispositivo à Lei Complementar 1.093, de 16 de julho de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado, de que trata o inciso X, do Art. 115, da Constituição Estadual, na forma que especifica. Com 11 emendas.
Parecer nº 353, de 2023, na reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação; de Administração Pública e Relações do Trabalho; e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável ao projeto e às Emendas de nºs 1, 4, 5, 6, 7 e 10, na forma das subemendas a elas apresentadas, e contrário às demais emendas.
Para discutir a favor, está inscrito aqui o deputado Carlos Giannazi.
O SR. DONATO - PT - Pela ordem, presidente. Só para uma questão de ordem.
O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PL - Questão de ordem procede.
O SR. DONATO - PT - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Nós vamos fazer a discussão do projeto. Eu gostaria de perguntar para V. Exa. se serão permitidos que sejam projetados os vídeos ou outros materiais de apoio no telão.
O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PL - Só é permitido relacionado ao tema que está sendo discutido no momento da discussão. Se for relacionado ao tema que está discutindo nesse momento.
O SR. DONATO - PT - Mas isso vale para o vídeo e vale para o próprio orador sobre o tema, não é isso que diz o Regimento?
O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PL - Diz sobre o tema que está, o orador está discutindo um tema. Hoje, agora, o orador vai discutir o tema do Projeto de lei Complementar nº 81, de 2023.
O SR. DONATO - PT - Se ele tiver um vídeo sobre o tema, ele vai poder apresentar?
O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PL - Eu vou pedir para V. Exa. apresentar essa Questão de Ordem por escrito e, no tempo oportuno, regimental, o presidente vai deliberar. O presidente efetivo desta Casa, deputado André do Prado.
O SR. DONATO - PT - O senhor está conduzindo os trabalhos agora. Pode ficar tranquilo, eu não tenho nenhum vídeo hoje. Só para saber qual é a regra.
O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PL - Tem a palavra o deputado Carlos Giannazi.
O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputadas, público aqui presente e telespectador da TV Assembleia, primeiramente, quero manifestar o nosso total apoio à luta dos servidores da Assembleia Legislativa, que estão aqui na sua campanha salarial, dentro da lei.
O governo estadual, a Assembleia Legislativa tem que dar o exemplo, cumprindo a data base dos servidores, cumprindo o que determina o Art. 37, da Constituição Federal, fazendo a reposição, que obriga todos os entes federativos, municípios, estados e União, a fazer a reposição das perdas inflacionárias, fazer o reajuste dos salários de todos os servidores públicos do Brasil, dos municipais, dos estaduais, da União, do Poder

Legislativo, do Ministério Público, da Defensoria, do Tribunal de Contas do Estado, do Tribunal de Justiça. Então parabéns pela mobilização. Contem com o nosso total apoio nessa luta. (Palmas.)

Aproveito, ainda, Sr. Presidente, para continuar manifestando o nosso total apoio à greve dos servidores e das servidoras da Fundação Casa, em greve desde o dia três. O Governo, de forma intransigente, não atende às reivindicações, não atende o sindicato, não abre processo de negociação. É um absurdo.

Os servidores estão com salários arroxados, defasados. Ontem, não foram incluídos no PLC 75. Nós tínhamos apresentado emendas, o Governo, através da sua base de sustentação aqui na Alesp, rejeitou as emendas incorporando os servidores, tanto da Fundação Casa, como também da própria Polícia Penal. Então fica aqui o nosso apoio aos servidores da Fundação Casa.

Sr. Presidente, esse projeto de lei, o PLC nº 81, que versa sobre a prorrogação de contratos feitos através da famigerada Lei nº 1.093, aprovada aqui na Assembleia Legislativa, em 2009, ainda na gestão do ex-governador José Serra.

Me lembro muito bem do debate que nós realizamos naquele período, aqui neste plenário, porque nós fomos contra. Porque nós sabíamos que se tratava do início de uma grande precarização das contratações dos servidores públicos do estado de São Paulo. Foi em 2009, através da aprovação dessa nefasta e perversa Lei ° 1.093 que nós tivemos o advento da duzentena, depois da quarentena.

Foi na aprovação dessa lei que os servidores contratados em caráter excepcional foram expulsos, praticamente, da Previdência pública. Foram jogados para o regime geral da Previdência, saindo do antigo Ipesp, agora São Paulo Previdência. Nós votamos contra essa lei, no ano de 2009, aqui neste plenário.

Todas as entidades representativas dos servidores foram contra essa lei porque ela já era o prenúncio do que viria pela frente: uberização dos trabalhadores, a reforma trabalhista, e tantas outras leis que foram aprovadas. A lei federal da terceirização, que foi aprovada no governo Temer, mas começou aqui em São Paulo.

Essa lei é um marco no processo de precarização das contratações dos servidores públicos. Lembrando que um dos setores mais afetados foi a Educação, com a famosa precarização dos professores categorias "O", que eram expostos, e são ainda, mas era pior porque eles eram expostos à duzentena. Professores que não podem utilizar o lamspe. Ficam fora da Previdência pública.

E a nossa luta sempre foi pela realização de concursos públicos para o ingresso no serviço público. Sobretudo, em áreas essenciais, como essas da Educação, Saúde, Assistência Social. No entanto, o que esse projeto de lei está propondo é, na verdade, a prorrogação dos contratos de servidores já precarizados.

Ou seja, aqui já há uma precarização de contratações. Então é a precarização dentro da própria precarização. Porque nós, como eu disse, nós queremos concurso público, de provas e títulos, para todas as áreas. Sobretudo, também para a área da Saúde. Logicamente que nós vamos votar, somos obrigados a votar favoravelmente à prorrogação desses contratos.

Mas nós queremos, estamos exigindo, ao mesmo tempo, primeiramente, a chamada dos concursos realizados. Nós temos muitos concursos no Estado, em várias áreas, pessoas aprovadas que não foram chamadas ainda. O governo realizou cursos, mas não fez a chamada, na área da Saúde, na própria área da Educação também, na Segurança Pública, na SAP, na Polícia Civil, na Polícia Militar.

Então aqui são sempre duas lutas. Uma para obrigar o governo a realizar os concursos públicos. Depois, a segunda luta é para obrigar o Estado a fazer a chamada dos aprovados. Esse projeto de lei trata da prorrogação, na verdade, da contratação de alguns cargos.

Olha, são 100 contratos de agentes técnicos de Assistência Social. Tem mais cargos. Tem cargos aqui de médicos. São 108 contratos de enfermeiros, 179 contratos de técnico de Enfermagem, 52 contratos de médicos, 48 contratos de oficiais de Saúde.

Então é sobre isso que nós estamos discutindo agora nesse momento: a prorrogação do contrato por até 12 meses. Na verdade, nós conseguimos, com muito sacrifício, aprovar uma subemenda, obrigando o Estado a chamar os aprovados no concurso.

Porque essa contratação continua sendo precarizada. E é um absurdo que, numa área tão importante como o Sistema Único de Saúde, nós tenhamos uma precarização desse porte.

Nós queremos que os servidores da Saúde, do SUS do estado de São Paulo, sejam concursados, que eles tenham uma carreira, que eles tenham uma evolução, progressão na carreira, que eles possam fazer um planejamento. Nós não queremos contratações precarizadas como essa; nós queremos concurso público e, sobretudo, que eles sejam chamados, os aprovados nesse concurso.

Eu apresentei, Sr. Presidente, emendas a esse projeto - que infelizmente não foram acolhidas no congresso de comissões -, primeiramente acabando com a interrupção dos contratos. É um absurdo que haja interrupção desses contratos. Lembro-me aqui, que antes da aprovação dessa lei, nós tínhamos uma outra lei, que era a Lei no 500, de 74, em que não existia... Era uma contratação feita em caráter excepcional, mas a pessoa, o servidor ficava no cargo até que chegasse um servidor efetivo, concursado.

Ai ele saía, logicamente; mas não tinha essa interrupção que é feita hoje, através de quarentena ou de duzentena, imposta pela Lei no 1.093. Isso prejudica não só os servidores públicos, mas sobretudo, Sr. Presidente, a própria população, que perde o vínculo, também, com o médico, com a enfermeira, com o professor, com o agente de organização escolar.

Nós também apresentamos uma emenda, aqui, incluindo os agentes de organização escolar da rede estadual, porque teve uma contratação de um ano que está sendo encerrada agora, e muitas escolas estão sem os agentes de organização escolar. Agora, na verdade, a coisa mais difícil é achar uma escola da rede estadual com o quadro completo, com o módulo completo de agentes de organização escolar.

Logo que aconteceu aquela tragédia na Escola Thomazia Montoro, eu fui até lá; as professoras me ligaram, fui logo pela manhã. E a primeira coisa que me chamou a atenção - lógico, após a tragédia, a morte - foi que naquela escola, que é uma escola PEI, de tempo integral, só tinha, naquele período, três agentes de organização escolar, sendo que uma delas era desse contrato precarizado, Sr. Presidente. E o contrato dela ia vencer em abril.

Isso significa que aquela escola onde a professora Elizabeth foi morta, vítima da violência, só tem, neste momento, duas agentes de organização escolar: uma é GOE e a outra tem que cuidar da escola inteira, que é uma escola de tempo integral. Então, essa é a triste realidade da rede estadual.

Só que esses contratos estão vencendo também, na rede estadual, para os agentes de organização escolar, e o governo não faz nem uma coisa nem outra: ele não prorroga esses contratos e também não chama os aprovados no concurso anterior. E não abre um novo concurso.

Mas nós temos aqui informações de que o atual secretário da Educação, esse Renato Feder, que não recebe deputados... Tem várias reclamações sobre ele, inclusive da base do Governo. Ontem mesmo, veio um deputado aqui reclamar no microfone, deputado da base do Governo reclamando que está na fila de espera há meses para ser atendido.

Ai eu fico imaginando: se ele não recebe a base do Governo, o que será de nós, da oposição, deputado Paulo Fiorilo? O secretário não vai receber mesmo. Mas ele está preocupado

com a Multilaser; ele é o dono dessa empresa, que tem contratos milionários com o Governo do Estado. Enfim, ele, enquanto secretário de Educação do Paraná, colocou todos os cargos do quadro de apoio escolar em processo de extinção, para terceirizar.

Eu conversei com os servidores da rede estadual do Paraná. Eles me disseram: "olha, aqui todos os cargos foram colocados em extinção, do quadro de apoio escolar". Então, parece-me que é por isso que não há aqui nem concurso, nem prorrogação das contratações, e as escolas vão ficar cada vez mais sem o quadro completo.

Eu apresentei uma emenda para justamente resolver essa situação, até que seja realizado um novo concurso público para a contratação de agentes de organização escolar.

Mas infelizmente a Assembleia, o congresso de comissões não acatou, não incorporou a nossa emenda a esse projeto, que poderia resolver, sim. Porque a Lei no 1.093 não trata só da contratação excepcional e emergencial dos servidores da Saúde ou da Educação, ela trata da contratação para todas as secretarias, para todo o funcionalismo público estadual, é uma lei geral. Então era o momento fazer a alteração, mas os nossos apelos, as nossas propostas não foram absorvidas, não foram, infelizmente, incorporadas.

Então nós vamos votar favoravelmente ao projeto, mas é um voto crítico, exigindo também que o governo realize concursos públicos em caráter de extrema urgência para a Saúde, para a Educação e para todas as áreas. Nós queremos o fim da precarização das contratações dos servidores públicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PL - Seguindo a lista, para discutir a favor, a Professora Bebel. Tem V. Exa. o tempo de 15 minutos para discutir a favor do PLC 81/2023.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente. Cumprimento a Mesa de trabalhos, os assessores à minha esquerda, à minha direita, os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas e o público presente, lutadores e lutadoras que estão aqui fazendo a sua campanha salarial e lutando, porque é dessa forma que a gente consegue nossas vitórias, na luta, lamentavelmente. (Manifestação nas galerias.)

O que a gente gostaria é de que no mínimo a gente tivesse os nossos direitos garantidos, a gente naturalmente tivesse a data base respeitada e tivesse também respeitados todos os preceitos legais que já existem, mas que não são considerados. (Manifestação nas galerias.)

Então eu cumprimento vocês todos que estão aí. Façam uso disso, porque eu também já estive com a minha categoria desse lado, e fez muita diferença quando eu fui para aí, o Parlamento teve um outro comportamento. Por exemplo, deputado Cezar, presidente, com relação ao Plano Estadual da Educação, quase por unanimidade nós tivemos a aprovação dele aqui nesta Casa.

Também, é claro, estendo a solidariedade, como sindicalista que sou, aos trabalhadores da Fundação Casa, que, além de ficarem fora do reajuste de ontem, estão em greve, e não há nenhum sinal de negociação. Isso é difícil. Eu acredito que, quando uma categoria está em greve, ela minimamente tem que ser recebida, até para que se tenha um processo gradativo de negociação, para que a gente consiga chegar a um bom termo.

Mas eu vou tratar agora de uma questão que me é cara. Ela me é cara porque eu sou professora. Eu represento o maior sindicato da América Latina, que tem 186 mil sócios.

Tanto a Saúde quanto nós, da Educação, fomos duramente atingidos pela Lei 1.093, de 2009. Foi um momento muito difícil para nós, deputado líder Xerife do Consumidor, muito difícil, porque naquele momento nós lutávamos muito pela questão de ter uma forma de contratação justa.

A gente entende que talvez, até que se faça um concurso, até que se chame, há que se ter uma mediação. Então façam uma forma de contratação justa para não ter que ficar todo ano prorrogando contrato aqui na Casa de Leis.

A Casa de Leis já deveria ter aprovado um projeto de lei que tenha uma contratação que preveja o quê? O galtilho para que se chame concurso público. Quanto? No mínimo, 10% de profissionais da Saúde e da Educação que já estejam sem concurso, imediatamente já se chama um concurso público. Isso foi negociado com o ex-secretário da Educação, falecido, Paulo Renato de Souza. Ele colocou na lei, mas a lei não está sendo cumprida.

Por que é que a cada 10% de cada categoria... Ou seja, na minha, 30 mil, 20 mil, já tem que chamar concurso público, mas nós já temos mais de 100 mil, deputado Jorge do Carmo. Precário.

É assim que nós vamos falar em qualidade da Educação? É assim que nós vamos falar em qualidade de atendimento na Saúde? É dessa forma? Não vai ter. Porque, se tem duas políticas, todas as políticas públicas têm que ter continuidade. Elas têm que ser política do estado. É a Saúde e a Educação.

Nós não podemos trocar de médico toda hora, de enfermeira toda hora. A cada ano você muda um contrato e muda a enfermeira. Não, tem que ter continuidade. É a mesma coisa a professora, você não pode trocar toda hora. Então, que qualidade é essa? Não dá para falar de qualidade de ensino e nem de qualidade no atendimento da Saúde com essas interrupções de contrato. Essa é lógica.

Então, eu voto, e a bancada votará, por óbvio, favorável a este PLC nº 81, de 2023, assim como salvamos, no final de dezembro do ano passado, 50 mil demissões de professores temporários, que seriam demitidos na véspera do Natal ou na véspera do Ano Novo. É isso que a gente quer? É desta forma que o funcionalismo público vai ser tratado? Não pode.

Então, eu fico pensando o seguinte. Se a coisa andar como está, nós estamos caminhando em uma perspectiva de privatização, como uma parte da Educação terceiriza já, que são os agentes de organizações escolares que a gente tem, a das merendeiras.

É só você ver, as empresas quebram, largam as merendeiras na mão, e não tem a merenda na escola, e aí toca a gente correr, pedir para pagar, entrar com ação e pedir para pagar, e fazer um papel que uma terceirizada que tinha que cumprir, e não cumpriu. Aí toca o governo a cumprir e pagar. Olha só.

Então, em que isso barateou, deputado Jorge do Carmo? Não barateia. Sabe o que é? Desculpe, isso nós temos que tomar cuidado. Porque essas organizações sociais em curso, na forma de terceirização de um jeito ou de outro, vão nos levar, na verdade, a uma armadilha de, lá na frente, deputada Andréa, a gente verificar o seguinte, o governo está pagando mais terceirizando do que puxando para dentro do estado um serviço que ele deveria fornecer. Essa que é a questão.

Então, fazer o debate de ter uma contratação que garanta. Eu, por exemplo, eu fiz uma opção nessa lei. Porque colocar concurso público aqui é importante, mas até que tenha o concurso público, eu tenho que ter a contratação. Então, o que fariamos com os funcionários? Eles têm que ser recontratados, senão eles ficam sem salário.

A minha opção - e os senhores não atenderam - foi para preenchimento de todos os cargos que estavam em vacância, e isso não aconteceu. Fizeram uma tabela: 100 contratos disso, 108 de enfermeiros, 179 de técnico de enfermagem, 52 de médicos, 48 de oficiais de Saúde. Daqui a pouco vão faltar de novo os funcionários, porque não preencheram todos. Não fazem uma leitura, deputado Donato.

Porque é o seguinte, está tão desorganizada a máquina estatal, que eles não são capazes de fazer a leitura dos que vão aposentar, para prever, e pelo menos já preparar e dizer: "Não, vamos já botar lá porque não pode faltar". Espera aí até o final, falta até faltar lá na ponta, a população paga impostos e nós

pagamos o preço e a tristeza de ver duas áreas importantíssimas descobertas: Saúde e Educação.

Eu quero dizer que eu acho lamentável, mas lamentável. Por óbvio, eu vou destacar todas as emendas que foram acatadas, acolhidas, é ótimo, mas quero dizer que deveria, na verdade, esta Casa, fazer o que foi feito, deputada Márcia Lia... Eu não estou conseguindo me concentrar.

O que foi feito com o confisco de aposentados e pensionistas. Eu queria fazer um convite para esta Casa. O convite, deputada Márcia Lia, por favor. Eu estou ouvindo tudo. Alguém tem um foninho para dar para ela? Por favor. Desculpa, Márcia, é que eu tenho um problema de... Desculpa, querida.

Mas de qualquer forma eu acho o seguinte, que esta Casa pode fazer isso e faz bem se quiser, fazer de novo o que nós fizemos com o confisco dos aposentados e pensionistas.

Vamos fazer um PL da Casa? Um PLC em que a gente tenha uma contratação temporária até que se chame o concurso, mas de forma correta. Que o temporário não fique perdendo direitos, não tenha aquela interrupção que tem em dezembro para não receber os direitos que tem que receber.

Porque se a gente tiver isso, você intermedia com o concurso e faz a luta pelo concurso, né? Se esta Casa topar, esta Casa pode fazer a diferença que fez, que foi com relação ao confisco de aposentados e pensionistas.

Do contrário, nós vamos chover no molhado. Isso não vai acontecer para nós porque essa lei abrange todos os serviços públicos do estado de São Paulo, deputado Conte Lopes.

Então, eu acho que seria de bom tom a gente pensar um pouco essa questão para não ficar todo ano... por exemplo, em dezembro, já vai ter um número considerável de professores que vão estar, de novo, precisando de prorrogação de contratos.

E antes de terminar, eu quero chamar a atenção para o seguinte: é verdade que tem a chamada de um concurso público agora. Mas vocês sabem para quantos? Só 15 mil. E nós temos 100 mil professores na condição de categoria "O".

Então como 15 mil podem repor 100 mil? Nós fizemos a greve, na minha opinião, deputada Andréa, a greve mais importante da minha vida. Ela foi, sim, por salário, ela foi, sim, por garantia de direitos.

Ela foi, sim, contra essa famigerada lei, porque quem estava aqui dentro lutou de um jeito, quem está lá fora como nós, sindicalistas, luta lá no asfalto, na rua e na chuva. Levando bala, porque naquela época ainda usavam a polícia, nossos colegas policiais, para dar um susto em nós e correr. Susto não, o negócio era bravo.

A gente sofreu muito, mas a greve mais importante foi a de 2013. É marcante para a minha vida, foi quando nós conseguimos pular de 20 mil cargos de proferesores para 59 mil cargos. O maior concurso da história, mas nós arrancamos na greve os 39 mil cargos a mais.

Então, por óbvio, votarei favorável na condição de que repensemos esta forma de contratação de tal maneira que dê dignidade, que a gente não fique todo ano... Que a cada galtilho de 10% seja chamado o concurso e não fique toda hora com esse mundo de temporários e pensionistas.

E apelar para o líder do Governo, o nobre deputado Xerife do Consumidor, incorporar a emenda em que peço para atender todos os cargos, porque, atendidos todos os cargos, a gente não precisa ficar voltando para cá para votar novamente.

É lamentável uma categoria que forma cidadãos e outra que salva vidas serem tratadas dessa forma. Tudo bem, isso é uma herança, mas, se o governador quer mesmo mudar o curso da história, que mude a herança, então. Não fique só reclamando do que é do passado. O que ele está fazendo até então é só reafirmando o que o PSDB fez durante 30 anos.

Então, qual é a diferença? A diferença é que continua dando reajuste - e eu achei que foi justo, ainda que diferenciado - para os policiais? A diferença é continuar nos deixando nas condições de temporários e não dar concurso público na totalidade? A diferença é continuar dando zero para outra parte do funcionalismo público? Então não tem diferença. É mais do mesmo, lamentavelmente.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PL - Obrigado, deputada Professora Bebel. Para falar contra, está inscrito o deputado Paulo Mansur. Tem V. Exa. o tempo regimental de 15 minutos.

O SR. PAULO MANSUR - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Vejo um tema muito importante para a gente falar e, na realidade, sou a favor do projeto, mas contra a fala da Bebel, que fala de precarização. Quando a senhora fala em precarização, eu vejo como... Precarização é quando a pessoa passa no concurso, se torna médico, se inscreve para fazer o plantão e não aparece.

A gente precisa do essencial, atender a população com a Saúde. A gente não pode, de maneira nenhuma, não passar esse projeto atento do governador Tarcísio aqui para a Casa e deixar a população sem atendimento médico.

Quando a gente faz um concurso público, tem todo um trânsito para isso. A pessoa precisa passar em um concurso, precisa ser homologada, precisa ter uma série de coisas.

Então, o que o governador Tarcísio está fazendo? Ele está prevendo uma situação que pode acontecer e trazer o caos para a Saúde. Então, ele já está se adiantando agora para manter essas pessoas nos cargos em que estão, e para fazer o concurso público, que realmente ele vai pautar para fazer, mas ele já sabe que tem um processo a ser feito.

Então, é claro que ele já está se adiantando, já trouxe esse projeto para pautar e é claro que a gente precisa votar "sim" para dar Saúde para a nossa população. As pessoas precisam chegar ao hospital e precisam ser atendidas. Não tem como a gente votar em um projeto desses, contrário.

Vocês que são do Partido dos Trabalhadores, que falam que são a favor do trabalho. Então, vêm aqui a esta tribuna ainda falar mal do governador Tarcísio, porque não pôs em pauta ainda para as pessoas entrarem no concurso público.

Mas ele está há quatro meses no governo. A gente tem que ter calma. Ele está agora pautando aqui, para nós deixarmos quem está no atendimento médico continuar, para a gente ter esse atendimento à nossa população paulista.

Um grande abraço, gente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PL - Para falar contra, está inscrito... Para falar a favor do projeto...

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Uma pequena comunicação?

O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PL - Tem V. Exa. o tempo de dois minutos.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - É gozado...

O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PL - Enquanto V. Exa.... Só um minuto: eu quero já indicar o deputado Donato para assumir a tribuna e ele vai discursar. É o próximo orador para discutir a favor do projeto. Tem V. Exa. o tempo de comunicação.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Eu não sei o que que eu falei diferente do deputado Paulo Mansur, porque eu exatamente disse que mediaria, deveria ter uma mediação, deputado Paulo Mansur, entre o concurso até que se tenha prova e títulos. Eu sei exatamente que até que se chame o concurso tem que ter a chamada, tem que...

Então você tem que ter aquele período. Agora, não pode ser um período permanente. Foi isso que eu disse. E o concurso é a porta de entrada para todo servidor. Para quem defende serviço público de qualidade, é o concurso público. Isso é inquestionável entre nós. Agora, eu não entendi o que o senhor quis dizer: "A deputada Bebel, precarização..."

Não, eu exatamente fui... Acho que o senhor não ouviu talvez - o celular da deputada Márcia deu uma atrapalhadinha -, mas de qualquer maneira, eu acho que V. Exa. falou exatamente o que eu falei, mas tem que mudar essa forma de contratação.